



CNTV 28 anos: **protagonista na luta pelos vigilantes** **Patrimoniais** **23 de novembro de 2020**



A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) completa 28 anos e é protagonista na luta em prol dos Vigilantes Patrimoniais de todo o Brasil. A entidade desenvolve um papel de destaque na organização da categoria.

A CNTV tem sido importante e decisiva no fortalecimento do movimento sindical nacional e é um exemplo para as forças do sindicalismo de classe. O presidente do Sindseg-GV/ES Serafim Gerson Camilo que também faz parte da diretoria da CNTV destaca a importância da entidade.

“A Confederação deu um salto significativo para as lutas dos trabalhadores e contribuiu para as lutas fortalecendo a nossa categoria. Nestes 28 anos de caminhada a CNTV já assumiu iniciativas importantes e fornece até hoje apoio e solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras”, diz Serafim.

A CNTV e o Sindseg-GV/ES compartilham os mesmos ideais democráticos e luta de classe e, de acordo com Serafim, é um orgulho para o sindicato capixaba fazer parte da diretoria da Confederação.

“Parabéns pelos 28 anos de caminhada e sucesso. Eu e toda minha diretoria desejamos muito sucesso para desempenhar suas importantes tarefas. Juntos lutamos para o benefício dos trabalhadores e a vitória em suas lutas”.

Fonte: Assessoria de Imprensa Sindseg-GV/

ES

VIVA A CNTV, VIDA LONGA À CNTV



É com grande alegria que nos somamos a todas as homenagens à CNTV pela passagem dos seus 28 anos de existência, sempre à frente das lutas pela dignidade e a valorização da profissão dos vigilantes e solidária, atuante, com as mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil por justiça, igualdade, respeito à vida e aos direitos humanos. Tenho

orgulho de ter acompanhado essa trajetória da CNTV desde os seus primeiros tempos, e posso dizer com segurança que a existência da nossa categoria profissional se divide em antes e depois da CNTV. A partir do momento que ela surge, mudam de patamar a qualidade das nossas lutas, com muitas conquistas importantes, e a consciência de classe dos (as) vigilantes de todo o país. Por isso é com grande carinho e admiração, em nome da diretoria e funcionários do Sindivigilantes do Sul, que cumprimos o companheiro José Boaventura, deputado Chico Vigilante, demais dirigentes, funcionárias e funcionários e todos que engrandecem a nossa entidade representativa nacional. Parabéns, um grande abraço, vida longa e muito sucesso para a CNTV, que caminhe e faça histórias cada vez mais forte e combativa.

Loreni dos Santos Dias – Presidente
Sindivigilantes do Sul





Salário mínimo deve ser de R\$ 1.088. Para Dieese valor necessário é de R\$ 5.005

Governo anuncia que o salário mínimo subirá em 2021 dos atuais R\$ 1.045,00 para R\$ 1.088,00. Valor necessário é de R\$ 5.005,00, para suprir necessidades de uma família de quatro pessoas, segundo Dieese



Fila do desemprego em São Paulo

valor do salário mínimo, em 2021, deverá ser de R\$ 1.087,84 levando em conta o reajuste apenas pela inflação, projetada em 4,1% para este ano. Como normalmente o valor é arredondado para cima deve chegar aos R\$ 1.088,00.

Em setembro, o governo federal enviou ao Congresso Nacional, dentro da proposta de orçamento de 2021, que o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.067,00 para uma inflação de 2,1%. Como este índice praticamente dobrou, o governo revê agora os cálculos e sobe em R\$ 21,00, o valor a ser pago aos trabalhadores, a partir de fevereiro do próximo ano.

Ainda assim, os R\$ 1.088,00 são infinitamente menores do que o valor necessário para o

sustento de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), se levarmos em consideração o preço da cesta básica em São Paulo de R\$ 595,87. Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o salário mínimo ideal é de R\$ 5.005,91.

“O reajuste apenas com base na inflação tem um impacto negativo na distribuição de renda no Brasil, na redução das desigualdades salariais, particularmente entre maiores e menores salários, entre homens e mulheres e entre brancos e negros”, afirma a técnica do Dieese/subseção CUT Nacional, Adriana Marcolino.

Bolsonaro acabou com Política de Valorização do Salário Mínimo

Um dos primeiros atos de Jair Bolsonaro (ex-PSL) ao assumir a presidência da República foi acabar com a Política de Valorização do Salário Mínimo, uma conquista da CUT e dos trabalhadores e trabalhadoras, durante o governo do ex-presidente Lula.

Na política de valorização, o reajuste era previsto com base no índice da inflação mais o Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. Se esta regra estivesse ainda valendo o salário mínimo em 2020 seria de R\$ 1.057,92 e não os atuais R\$ 1.045,00, dado por Bolsonaro. Para 2021, o valor também seria maior: R\$ 1.113,41 e não R\$ 1.088,00, como oferece o atual governo.

Com a redução em R\$ 12,92 em 2020 e de R\$ 25,41 previstos para 2021, em apenas dois anos, os trabalhadores e trabalhadoras deixarão de receber R\$ 38,33 a mais, desde que Bolsonaro acabou com a política implantada por Lula.

“Manter a política de valorização do salário mínimo significaria que todos os brasileiros, que contribuíram para gerar a riqueza do país ao longo de um ano, teriam, além da reposição da inflação, o direito de receberem parte da riqueza que foi produzida por eles”, afirma Adriana Marcolino.

Fonte: Escrito por: Rosely Rocha - CUT

Reajuste salarial pode retroagir a período de contrato suspenso

Funcionários de médias e grandes empresas que receberam ajuda compensatória são beneficiados por novas convenções com data-base antiga



CARTEIRA DE TRABALHO, FOTO GRATUITA, FOTOS PÚBLICAS, AGÊNCIA SENADO - Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas/Agência Senado

Com a flexibilização da quarentena, muitos trabalhadores que estavam com contrato suspenso durante a pandemia de covid-19 já voltaram ao trabalho e devem ficar atentos às negociações de aumento salarial da categoria

porque podem ter direito a valores extras. Caso o sindicato pactue com os patrões um aumento salarial, e ele seja referente a uma data-base anterior à suspensão do contrato, funcionários

de médias e grandes empresas têm direito a receber valores extras referentes ao período em que ficaram sem trabalhar, segundo advogados ouvidos pelo R7.

Isso vale para trabalhadores de empresas consideradas médias ou grandes, com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões, caso de supermercados, lojas de departamentos, grandes indústrias etc.

A explicação está nas regras do programa de benefício a trabalhadores informais editadas pelo governo - que não tem relação com o auxílio emergencial distribuído pela Caixa para os informais.

A lei prevê que trabalhadores de pequenas e médias empresas, com contrato suspenso, recebam dos patrões uma ajuda compensatória de pelo menos 30% do salário - sem contar o BEm (benefício emergencial) pago pelo governo de até R\$ 1.813,03. Caso o salário mude durante a suspensão, portanto, o valor ao qual se aplicam esses 30% também precisa ser reajustado.

Com o relaxamento das quarentenas, muitas categorias negociam neste final de ano novas condições trabalhistas referentes a data-base anteriores. Por isso, é preciso especial atenção à aplicação do reajuste retroativo, ou seja, referente a uma data-base anterior em que patrões e empregados ainda não haviam chegado a acordo sobre o aumento salarial.

Segundo a advogada trabalhista Poliana Banqueri, do escritório Peixoto & Cury Advogados, nesses casos o empregado tem direito a receber o percentual do aumento aplicado aos salários dos meses anteriores, e aplicado aos 30% de ajuda compensatória considerando o período da suspensão.

“Por exemplo, para um salário de R\$ 1.500, a ajuda de 30% seria de R\$ 450 nos meses de suspensão do contrato. Se o reajuste da

categoria foi de 3% o empregado tem direito a uma diferença de R\$ 13,50 por mês de contrato suspenso”, explica.

O advogado Rodrigo Nunes, sócio da área trabalhista do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados, explica que não há nenhuma previsão legal para que o funcionário com contrato suspenso e que não esteja incluído no grupo que recebe essa ajuda compensatória possa também ser beneficiado por aumento no período sem trabalhar. Em geral, são os funcionários de pequenas empresas, como comércios e pequenas indústrias, já que a lei não obrigou que as pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões contribuam na remuneração do funcionários com ajuda compensatória.

Décimo-terceiro

As dúvidas relativas a aumentos são algumas das que se levantam diante da recente legislação referente ao programa de auxílio emergencial. Neste final de ano, outra questão que se apresenta é sobre o valor a ser pago de 13º salário.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, divulgou nota técnica que diz que o trabalhador que teve redução na jornada de trabalho e no salário por causa da pandemia deve receber o 13º salário com base no salário integral.

Já para aqueles que tiveram contrato suspenso, os períodos de suspensão não devem ser computados como tempo de serviço e para cálculo de 13º salário e férias. A exceção ficaria por conta de meses em que trabalhadores atuou pelo menos por 15 dias. Nesse caso, o mês deve ser considerado no cálculo para a composição do décimo-terceiro.

Fonte: Márcio Pinho, do R7

Após PIX, BC mira 'open banking' para personalizar serviços bancários e ampliar competição

Banco Central prevê que sistema estará disponível em outubro de 2021. Objetivo da nova plataforma será permitir que clientes reúnam serviços de várias instituições em um único local



A implementação do chamado "open banking" no Brasil, com início de todas as funcionalidades previsto para outubro de 2021. (Foto: Reprodução)

Após o advento do PIX, sistema que permite transferências e pagamentos de forma quase imediata em tempo integral, o Banco Central segue trilhando o caminho da próxima revolução digital: a implementação do chamado "open banking" no Brasil, com início de todas as funcionalidades previsto para outubro de 2021.

O "open banking" será uma plataforma, desenvolvida pelos participantes do sistema financeiro com regulamentação do governo e supervisão do BC, a fim de permitir que os clientes possam compartilhar dados bancários e históricos de transação com bancos e "fintechs" (pequenas empresas de tecnologia em serviços financeiros).

Com essas informações, atualmente em posse somente dos bancos com os quais

os clientes trabalham, outras instituições financeiras poderão analisar melhor o risco envolvido nas operações bancárias e oferecer menores taxas de juros para empréstimos, por exemplo, ou um retorno maior para aplicações financeiras — beneficiando o consumidor.

"O mundo se abre a partir da informação [disponibilizada pelo consumidor]. Os produtos passarão a ser mais 'customizados' [personalizados], endereçando a demanda do cliente. O 'open banking' está como foi a internet há 30 anos atrás. No início, achavam que ia ser um instrumento de troca de documentos entre duas universidades. Hoje, a internet é tudo na sua vida, social e profissional", avaliou o diretor de Regulação do BC, Otávio Damaso, ao G1.

Questionado sobre o possível impacto na redução das taxas de juros cobradas, o diretor do BC afirmou que ainda não tem essa estatística, mas citou o exemplo de aplicativos de transporte, que trouxeram um preço mais acessível que o serviço de táxi, além de facilitar a vida do consumidor.

“Quando se tem muitos carros na praça, o preço tende a cair. Quando tem poucos, o preço tende a aumentar. Então, são as curvas de oferta e demanda tentando encontrar o seu equilíbrio e isso vai acontecer para todos os produtos e serviços financeiros. Hoje, não acontece porque o seu banco não deixa essa informação fluir, você está preso com ele lá”, disse.

Na avaliação de Damaso, o “open banking”, ao permitir um tráfego maior de informações dos clientes entre as instituições financeiras, vai impactar todas operações de crédito, assim como outros serviços ofertados.

“Vai ser um negócio estrondoso e, daqui a cinco ou dez anos, a gente vai olhar e pensar: ‘Não sei como vivia sem o open banking’”, declarou.



Open banking promete vários benefícios ao consumidor final

Abertura de dados

Segundo o diretor do BC, um dos principais problemas do sistema financeiro atual, que dificulta a concorrência, é a chamada “assimetria” de informações, ou seja, quando um participante de sistema possui mais dados sobre um cliente do que os outros bancos — fenômeno classificado por alguns como uma “falha de mercado”.

“O ‘open banking’, um dos pontos que ele

atinge é a assimetria de informação. Hoje, todas essas informações estão dentro do seu banco. Essa informação, em tese, se o banco trabalhou, ele sabe seu histórico financeiro todo, detalhado, o que consome, como foi sua vida. Não deve ter usado tão profundamente como deveria. Agora, um terceiro [banco] está louco para ter essa informação e te conhecer”, explicou.

De acordo com Damaso, a nova plataforma vai permitir que os clientes abram seus dados para outra instituição financeira, de forma que ela possa oferecer, por exemplo, um crédito mais barato.

Mais adiante, afirmou, pode surgir uma inovação que possibilitará ao consumidor abrir seus dados para todos os participantes, e promover, assim, um leilão virtual pelo produto buscado.

“Isso também vai ser trabalhado e, provavelmente, vão surgir inovações nesse sentido”, disse.

A lógica, explicou o diretor do BC, é que a “informação pertence ao próprio cliente”, um princípio que segundo ele, tem predominado em todos segmentos econômicos.

“Ele [cliente bancário] que tem o poder sobre suas informações e ele é quem decide [no ‘open banking’] se vai compartilhar ou não e por quanto tempo. A qualquer momento, vai poder cancelar, ampliar o conjunto de informações ou diminuir. É um instrumento seu”, afirmou.

Banco personalizado

Na avaliação do diretor do BC, quando estiver totalmente funcional em outubro de 2021, o “open banking” vai permitir que os consumidores “criem” seu próprio banco, ou seja, que funcione como um banco personalizado.

“O cliente vai poder comprar um CDB em um

banco, fazer um seguro em outro, e ter o cheque especial em um terceiro. Tudo isso a partir de uma informação que você vai compartilhar”, declarou Damaso.

Com o histórico de produtos comprados, as instituições financeiras também vão poder fazer “ofertas” aos consumidores, a exemplo do que já existe no comércio.

“Se você sempre está fazendo sua compra no mesmo supermercado, ele já sabe quais produtos você gosta de comprar. Ele vai sempre te oferecer promoções desses produtos, ou de substitutos que ele queira te vender”, explicou.

Para pessoas físicas, por exemplo, o “open banking” permitirá que os clientes contratem de forma simplificada, por meio da plataforma, um crédito mais barato para cobrir o cheque especial por um período reduzido de tempo.

“Às vezes, fica negativo por um, dois, três dias no cheque especial, e não justifica abrir uma linha de crédito em outra instituição financeira. O ‘open banking’ vai permitir que você pré-contrate uma linha de crédito com uma outra instituição financeira, a um custo mais baixo. E esse terceiro vai todo dia verificar sua conta, se está com saldo ou sem. Se estiver sem saldo, automaticamente deposita o dinheiro. Você, ao invés de ter um fornecedor do cheque especial, que é o seu banco, passou a ter todo o sistema financeiro podendo te oferecer essa linha”, disse.

No caso das empresas, ele observou que uma das principais dificuldades atualmente é a organização financeira, pelo fato de terem conta aberta em várias instituições — o que

está relacionado com a dinâmica empresarial. Com várias contas, há uma dificuldade maior em organizar o fluxo de recebimentos e pagamentos.

“Ela precisa ter um único fluxo de caixa. O ‘open banking’ vai facilitar o acesso, se a empresa autorizar. Vai padronizar essas informações e tornar rápido, fácil e seguro o acesso. Uma empresa vai poder, a partir de um terceiro provedor, colher essas informações e ter seu fluxo de caixa unificado”, explicou Damaso.

Baixa renda

O diretor do Banco Central avaliou que, ao contrário do que se possa imaginar inicialmente, essa ferramenta também vai beneficiar a população mais pobre. “Eu acho que ele é tão democrático quanto qualquer outro produto de informática”, disse.

Segundo Damaso, atualmente todos os produtos são ofertados na internet e utilizados por todas as faixas de renda. Ele citou os exemplos de aplicativos de transporte, mecanismos de busca, internet banking e plataformas de comércio eletrônico.

“A tecnologia é um dos principais ‘drivers’ [veículos] de inclusão. Se for fazer pesquisa para 10, 15 anos atrás, um dos fatores que inibia a inclusão financeira era o medo das pessoas de camada mais simples, mais pobre, de entrar no banco, não conseguir falar com o gerente e não ter o produto oferecido. Hoje, não tem esse risco. É tudo em um site, aplicativo. A pessoa faz e acessa”, afirmou.

Fonte: Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF